

### **3. PEDIDO DE INFORMAÇÃO PRÉVIA PARA OPERAÇÃO URBANÍSTICA - CONSTRUÇÃO DE UM RESTAURANTE DE APOIO A UM PARQUE DE RECREIO JUNTO À PRAIA FLUVIAL DE PALMEIRA-FREGUESIA DE PALMEIRA:**

Da **DMUOP** submetendo -se à consideração do Executivo com vista a aprovação da Assembleia Municipal o pedido da **Freguesia de Palmeira**, relativo à construção de um restaurante de apoio a um parque de recreio junto à Praia Fluvial de Palmeira em que os mesmos serviços emitem informação prévia favorável desde que o executivo camarário se pronuncie favoravelmente e estando o restaurante integrado no parque de recreio, em sede de licenciamento, com cumprimento das condições previstas no artº. 75º. do RPDM.



**Despacho**

VMD  
[Handwritten signature]

O Vereador,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara)

(Miguel Bandeira, Prof.)

Data: / /201

**Proposta de Despacho**

A ... de ...

195313

[Handwritten signature]

O Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Presidente da Câmara)

(António Zamith, Dr.)

Data: / /201

A Chefe de Divisão de Gestão Urbanística e Espaço Público,  
(Por subdelegação de competências do Sr. Diretor Municipal de Urbanismo, Ordenamento e Planeamento)

DH

(Adosinda Pereira, Eng.º)

[Handwritten signature]

Data: 26/7/2019

**PROCESSO N.º 71/2019**

Relacionado com o requerimento n.º 8981/2019, de 13/02/2019

**Requerente:** JUNTA DE FREGUESIA DE PALMEIRA

**Local da Obra:** AVENIDA MARGINAL, PALMEIRA

**Assunto:** DIREITO À INFORMAÇÃO - URBANISMO - OUTRAS INFORMAÇÕES

**Técnico Responsável:** Nuno Portela, Arqt.º

Informação: I/6235/DGUEP/2019 - INF. N.º 625/DGUEP/2019

26-02-2019



## APRECIACÃO

### CARACTERIZAÇÃO DA PRETENSÃO

Refere-se o presente processo ao **Pedido de informação prévia para operação urbanística com vista à construção de um restaurante de apoio a um parque de recreio junto à praia fluvial**, localizado na Av. da Marginal em Palmeira, cujo promotor é a Junta de Freguesia de Palmeira, incidindo sobre o prédio descrito na 1.ª Conservatória do Registo Predial de Braga sob o n.º 2741/20080606, e inscrito nas matrizes n.º 810 e n.º 471.

### INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Analisados os elementos constantes do presente processo, verifica-se que o pedido de informação prévia sob o n.º E/8981/2019 de 13/02/2019, encontra-se instruído de acordo com as normas instrutórias aplicáveis.

### PARECERES INTERNOS

A presente operação urbanística não está sujeita a pareceres de entidades internas.

### PARECERES DE ENTIDADES EXTERNAS

A presente operação urbanística não está sujeita a pareceres de entidades externas.

### ANÁLISE URBANÍSTICA

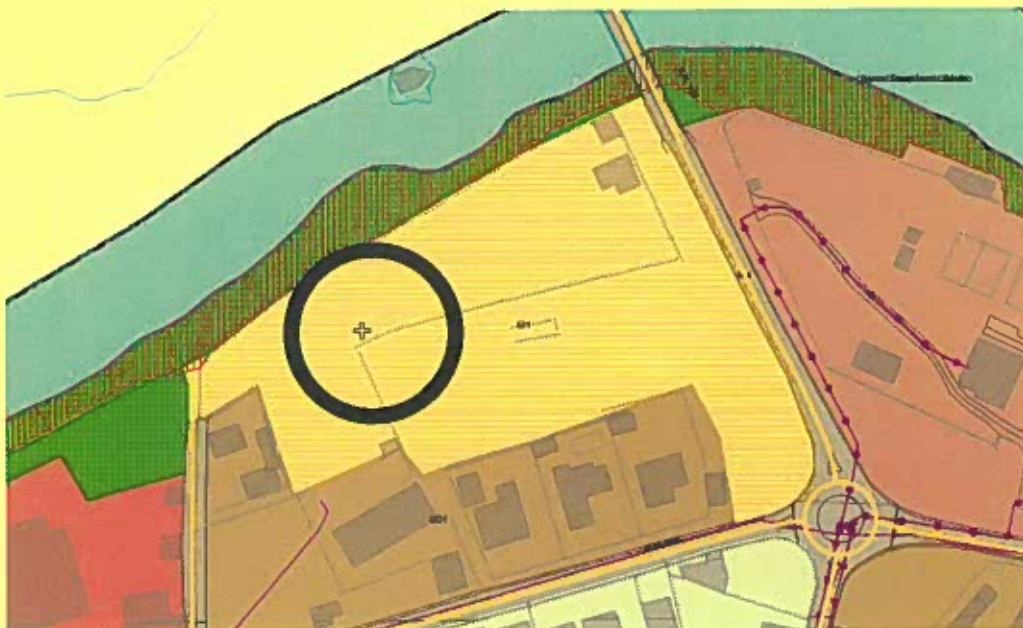
A operação urbanística que visa uma obra de edificação numa área classificada de “Espaços Urbanizável de Equipamento”, segundo o P.D.M. em vigor.

**A pretensão tem enquadramento nos usos e Regime de edificabilidade previstos para os Espaços de Equipamentos, nos termos do artigo 75.º do RPDM, designadamente, no n.º 2 e n.º 3, ou seja:**

Admitem-se outros usos complementares com a subcategoria de espaço de equipamento, desde que estejam devidamente integradas com o equipamento e contribuam para o adequado funcionamento do uso dominante, tais como empreendimentos turísticos, comércio e serviços. As intervenções nos espaços de equipamentos devem cumprir cumulativamente as seguintes disposições:

- O destino de uso dominante ser o de equipamentos de utilização coletiva;
- Prever o adequado enquadramento arquitetónico, urbanístico, ambiental e paisagístico do conjunto;
- Integrar as áreas de estacionamento dimensionadas adequadamente para o fim específico a que se destinam;
- Serem sujeitas a aprovação em reunião de câmara;
- O índice de impermeabilização máximo admissível é de 60 %, exceto no caso de ampliação.

Em face do exposto, poderá ser emitida informação prévia favorável desde que o executivo camarário se pronuncie favoravelmente e estando o restaurante integrado no parque de recreio, em sede de licenciamento, com cumprimento das condições previstas no artigo 75.º do RPDM.



#### ANÁLISE REGULAMENTAR

A declaração de responsabilidade do autor dos projetos, nos termos do n.º 8 do art.º 20.º do RJUE, no que diz respeito aos aspetos interiores, constitui garantia bastante do cumprimento das normas legais e regulamentares aplicáveis, excluindo a sua apreciação prévia.

O Plano de Acessibilidades, conforme previsto no Decreto-Lei n.º 163/2006 de 8 de agosto, está acompanhado de termo de responsabilidade do seu autor em como atesta que a execução da operação urbanística se conforma com a referida Lei, e demais normas legais e regulamentares aplicáveis, pelo que a Câmara fica dispensada da sua Apreciação prévia, conforme artigo 3º, n.º 2, desse diploma, com a redação conferida pelo Decreto-Lei n.º 136/2014, de 9 de setembro.

Deverá ser respeitado o previsto no D.R. Nº 8/90, de 6 de abril e D.R. 21/98, de 4 de setembro com Declaração de Retificação Nº 22-E/98, de 30/11 (área destinada à instalação do(s) recetáculo(s) postal domiciliário(s))

#### PROPOSTA

Face ao atrás exposto propõe-se:

- Que seja comunicado a emitir parecer favorável ao pedido apresentado;
- De acordo com o previsto no ponto 3 do artigo 17º do RJUE, o pedido de licenciamento ou comunicação prévia deve ser efetuado no prazo de um ano após a decisão favorável do pedido de informação prévia.

O Técnico,

(Nuno Portela, Arqt.º)